



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL - PR

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LIZABELI TOMACHESKI

**FATORES DE INADIMPLÊNCIA DO PRONAF
NO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

LIZABELI TOMACHESKI

**FATORES DE INADIMPLÊNCIA DO PRONAF
NO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas com linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Antonio Maria da Silva Carpes

Co- orientador: Prof. Roque Ademir Favarin

LARANJEIRAS DO SUL

2017

Ficha catalográfica

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Tomacheski, Lizabeli
FATORES DE INADIMPLÊNCIA DO PRONAF NO ASSENTAMENTO
IRENO ALVES DOS SANTOS/ Lizabeli Tomacheski. -- 2017.
40 f.

Orientador: Prof. Antonio Maria da Silva Carpes.
Co-orientador: Prof. Roque Ademir Favarin.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de CIÊNCIAS
ECONÔMICAS , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. . I. Carpes, Prof. Antonio Maria da Silva, orient.
II. Favarin, Prof. Roque Ademir, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



Serviço Público Federal
 Universidade Federal da Fronteira Sul
 Curso de graduação em Ciências Econômicas

**ATA DE DEFESA PÚBLICA DO
 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ministério da Educação
 Universidade Federal da
 Fronteira Sul

Reitoria
 Avenida Getúlio Vargas, 609
 Edifício Engemed, 2º Andar
 Chapecó - Santa Catarina
 Brasil - CEP 89.812-000
 (49)2049-1400

www.uffs.edu.br
 contato@uffs.edu.br

Campus Laranjeiras do Sul
 Rua Oscar Pereira Guedes, 01
 Vila Alberti - Laranjeiras do Sul
 - Paraná - CEP 85303-820
 (42) 3635-8650

Aos 12 dias do mês de dezembro de 2014, às 19:30 horas, em sessão pública na sala 309 do Campus Laranjeiras do Sul da UFFS, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) Orientador(a):

Antonio Carlos

e composta pelos Professores(as) Examinadores(as):

1. Vinícius Breguço e
 2. Yago Kubiak Panquerino,
- o(a) aluno(a) Lizanny

apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: FAZORES DE INADIMPLÊNCIA DO PRAZO NO ATENDIMENTO IMPL O ALVO DOS SMOs

como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO do referido trabalho, divulgando o resultado formalmente ao aluno e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

Antonio Carlos

Presidente da Banca Examinadora e Professor(a) Orientador(a)

[Assinatura]

Examinador(a) 01

Yago Kubiak Panquerino

Examinador(a) 02

Lizanny Tomachuck

Aluno(a)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino.

A esta universidade e todo o corpo docente do curso, além da direção, a coordenação acadêmica do Curso de Ciências Econômicas e administração que me proporcionaram as condições necessárias para que eu alcançasse meu objetivos.

Aos meus orientadores professores Antonio Carpes e Roque, por todo o tempo que dedicaram a me ajudar durante o processo da realização deste trabalho.

Aos meus pais, por todo amor que me deram, além da educação, ensinamentos e apoio.

Ao meu esposo pela compreensão nos momentos que tive ausente.

E enfim, a todos que contribuíram para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTO

Este trabalho de conclusão de curso não seria possível sem a colaboração de várias pessoas. Em especial gostaria de agradecer:

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, que me deu força, coragem e sabedoria para saber escolher o caminho a seguir todos os dias de minha vida. Maior mestre que alguém pode seguir;

Aos meus pais Nelson e Deise, quero agradecer pela vida, pelo ensinamento, pelo exemplo de luta, pelo amor e incentivo incondicional.

Ao meu esposo Ismailon, meu porto seguro, que sempre me incentivou com palavras de apoio quando me sentia cansada. E que muito me ajudou para a realização deste sonho;

A minha pequena Sofia, que ainda está em meu ventre, mas já é tudo para mim, razão maior da minha vida.

Aos meus mestres, professores, que tiveram paciência quando não entendíamos a matéria, que tiveram perseverança quando não estávamos a fim de assistir a aula, depois de um dia de trabalho. Agradeço por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto se dedicarem a mim, não somente por terem me ensinado mas por terem me feito a aprender. Aos meus grandes mestres, meus eternos agradecimentos.

Aos meus orientadores Antonio Maria da Silva Carpes e Roque Ademir Favarin, exemplos a serem seguidos. Agradeço pelo empenho, paciência, apoio e amizade. Pelas inúmeras ajudas e orientações fornecidas.

A todos os agricultores (as) entrevistados, por terem me proporcionado o desenvolvimento deste estudo

Aos amigos(as), familiares, professores(as) e todos aqueles(as) que cruzaram em minha vida, participando de alguma forma na construção e realização deste tão desejado sonho de concluir esta graduação.

RESUMO

O presente trabalho objetiva identificar as causas que influenciam a inadimplência dos agricultores do Assentamento Ireno Alves dos Santos, no município de Rio Bonito do Iguaçu-PR e que acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este estudo baseia-se nos dados obtidos de 40 questionários aplicado aos agricultores do assentamento. Para dar suporte à pesquisa, o trabalho conta com o aporte teórico discorrendo sobre Agricultura familiar no Brasil, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a questão da Inadimplência rural. A pesquisa traça o perfil dos agricultores que acessam o PRONAF no assentamento e apresenta uma breve caracterização do cenário da pesquisa e do município de Rio Bonito do Iguaçu. Para diminuir o nível de inadimplência dos agricultores, sugere-se uma política mais efetiva para a gestão financeira do pequeno produtor, que esteja atrelada à capacitação dos produtores e desenvolver estratégias de renegociação das dívidas, pois o PRONAF constitui um dos instrumentos para a diversificação das atividades e modernização da agricultura.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Inadimplência. Assentamento rural. PRONAF.

Abstract

The present work aims to identify the causes that influence the default of the farmers of the Ireno Alves dos Santos Settlement in the municipality of Rio Bonito do Iguaçu-PR and who access the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF). This study is based on the data obtained from 40 questionnaires applied to settlement farmers. To support the research, the work has the theoretical contribution on Family Agriculture in Brazil, the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) and the issue of rural default. The research traces the profile of farmers who access PRONAF in the settlement and presents a brief characterization of the research scenario and the municipality of Rio Bonito do Iguaçu. In order to reduce farmers' default levels, a more effective policy for smallholder financial management, which is tied to producer empowerment, and the development of debt renegotiation strategies is suggested, since PRONAF is one of the tools for diversifying activities and modernization of agriculture.

Keywords: Family farming. Defaults. Rural settlement. PRONAF.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1: faixa etária dos agricultores entrevistados.....	29
Quadro 2: Escolaridade dos agricultores entrevistados.....	30
Gráfico 1: Distribuição por gênero dos entrevistados	30
Gráfico 2: Renda anual dos agricultores entrevistados	31
Gráfico 3: Motivos que levaram os agricultores a deixar de quitar a dívida.....	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 JUSTIFICATIVA	13
1.3 OBJETIVOS	13
1.3.1 OBJETIVO GERAL	13
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	14
2.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	18
2.3 INADIMPLÊNCIA RURAL	19
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DE PESQUISA	21
2.4.1 O MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU	21
3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	27
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	29
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	36
ANEXO	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos.

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PROCERA: Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PROAGRO: Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

FETRAF: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

1 INTRODUÇÃO

No território brasileiro, há um grande número de assentamentos rurais instalados. Os assentamentos são uma conquista dos movimentos sociais articulados em torno da luta pela terra, sendo o de maior destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (FRANCIS, 2005)

No entanto, se faz necessário citar que a conquista da terra não representa o acesso necessário à infraestrutura social e produtiva. Neste processo produtivo está incluso o apoio do acesso ao crédito rural, que os assentados têm direito, para que desta forma, consigam viabilizar a compra de maquinários e insumos agrícolas, para conseguirem produzir em seus lotes. Neste sentido, o acesso ao crédito rural, ligado a políticas de assistência social e educacional, formam um instrumento essencial para impulsionar o processo de desenvolvimento rural nesta área.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi oficialmente criado pelo Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, sendo instituído com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, constituído pelos agricultores familiares, com a perspectiva de aumentar a capacidade produtiva, a geração de empregos, a melhoria de renda e respectivamente a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares. (MDA,2017). Também foi consequência das lutas dos sindicatos e movimentos do campo, como a FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar).

O governo federal ampliou o acesso ao crédito para os pequenos agricultores familiares, concebeu inclusive uma linha de crédito especial para os agricultores que foram assentados pela Reforma Agrária, o qual é denominado de Pronaf “A”. Este possui como propósito atender os agricultores familiares que comumente são descapitalizados e distribuídos nas áreas de assentamentos. No entanto, observa-se que ainda persiste a necessidade de uma política de reforma agrária planejada e dialogada entre o governo e os movimentos sociais, visto que o acesso ao crédito agrícola por si só, não é suficiente para promover o desenvolvimento do assentamento. Em razão de que, a inadimplência observada entre os assentados indica que essa política com o passar dos anos, tende a aumentar os gastos e reduzir a eficácia do programa, prejudicando, outros benefícios para a população alvo, bem como o comércio local visto que os agricultores não terão mais acesso ao crédito.

Sob análise das instituições financeiras, os empréstimos concedidos por meio das linhas do PRONAF não se diferem de qualquer outra operação de crédito, ou seja, sempre haverá um risco associado. “O risco estaria relacionado com a probabilidade de prejuízo financeiro ou então variabilidade de retornos associadas a um determinado ativo”. (CARVALHO, JUNIOR, 2016, p. 2)

As instituições financeiras estão sujeitas ao risco de fornecer crédito, implicando no retorno do capital desembolsado. Segundo Francisco (2007, apud CARVALHO, JUNIOR, 2016, p. 2), afirmam que o risco da inadimplência é um dos principais perigos que as instituições financeiras estão sujeitas. Isto é, “o risco pela de perda pela incapacidade de pagamento do tomador de um empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título”. Conseqüentemente, o crédito rural, o qual é oferecido pelas instituições bancárias, está exposto ao risco de inadimplência.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente trabalho possui como problema de pesquisa, a seguinte questão: Quais são as principais causas que influenciam a inadimplência dos agricultores do Assentamento Ireno Alves dos Santos, no município de Rio Bonito do Iguaçu PR e que acessam o PRONAF? O problema da pesquisa assim enfatiza, nos motivos pelos quais os agricultores não conseguem cumprir com suas obrigações de pagamento do crédito.

O município de Rio Bonito do Iguaçu, tem na agricultura familiar uma das principais fontes de recursos para a economia local e o sustento de muitas famílias. Desta forma, o estudo do PRONAF merece destaque por se tratar de uma política pública específica para a agricultura familiar. Schneider *et al.*, (2004, p. 21) admitiram que:

“O surgimento deste programa representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social- os agricultores familiares- que até então era designada por termos como pequenos produtores. Produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência”.

Há muitos outros pesquisadores deste tema e destacam a importância e dificuldades que essa política possui, para a agricultura familiar dentre eles pode-se mencionar: MATEI (2005), GUANZIROLI (2007), AQUINO E SCHNEIDER (2010).

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo justifica-se pela necessidade do entendimento das causas motivadoras da inadimplência entre os agricultores assentados no Assentamento Ireno Alves dos Santos, pela importância que este programa possui, visto que é tido como uma política de desenvolvimento rural no país. Isso pode ser calculado através da quantidade de recursos aplicados pelo governo, bem como os contratos firmados com os agricultores.

Esta pesquisa poderá servir como base para se propor melhorias e corrigir falhas, pois, tanto os agricultores familiares quanto o governo se beneficiam com esses possíveis melhoramentos.

1.3 OBJETIVOS

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as causas que influenciaram a inadimplência dos agricultores do Assentamento Ireno Alves dos Santos, no município de Rio Bonito do Iguaçu-PR e que acessam o PRONAF.

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Contextualizar teórica e historicamente as políticas de crédito para a agricultura familiar;
- b) Discutir os impactos ou consequências do PRONAF como política agrícola e agrária para os assentamentos;
- c) Identificar os principais fatores que levaram os agricultores assentados a tornarem-se inadimplentes do PRONAF;
- d) Propor ações para que os agricultores consigam honrar seus compromissos com o pagamento do PRONAF.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na sequência serão apresentados os principais elementos para a conceituação teórica que embasarão a pesquisa.

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A agricultura familiar se caracteriza por uma forma de organização produtiva específica, sob responsabilidade exclusiva do grupo ou unidade familiar. Sendo que, são responsáveis por todo o processo produtivo que vai desde a escolha da cultura, diversificação, tipo de plantio e escoamento da produção. Neves (2006, apud GUALDA, 2001 p.3), resume-a “como a forma de organização da produção em que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e executora das atividades produtivas”. O agricultor familiar possui uma relação particular com a terra, que é o seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante deste setor.

Estudos realizados em diferentes países demonstram que a agricultura familiar possui grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda. Esta forma de organização produtiva colabora para a diversificação do uso do espaço rural e possibilita práticas de exploração agrícolas que preservam o meio ambiente. Como pontos positivos da agricultura familiar ainda pode-se citar: garantia de maiores fontes de biodiversidade, melhoria na segurança alimentar, preservação das características paisagistas do território, proteção do capital cultural, fortalecimento das relações familiares, contenção do êxodo rural, entre outras, (apud GUALDA, 2001, p.3).

A agricultura familiar pode ser definida como aquela que desenvolve suas atividades no meio rural, segundo a Lei nº 11.326/06, e que atenda simultaneamente os seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais¹;

¹Módulo fiscal: o conceito de módulo fiscal foi introduzido pela Lei nº 6.746/1979, que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Terra, o qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Seu variável expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. O número de módulos fiscais de um imóvel é utilizado na aplicação da alíquota no cálculo do ITR (Imposto Territorial Rural). (<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>).

II- Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III- Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV- Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares, ou seja, são aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos. (MDA,2017).

Segundo estudos realizados, a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, corresponde a 35% do Produto Interno Bruto Nacional (PIB), e absorve 40% da população economicamente ativa do país. De acordo com o Censo 2006, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país. Desta forma percebe-se, que a agricultura familiar possui um papel de extrema importância econômica, vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros. (MDA, 2017).

Conforme Mello e Novais (1998, *apud* MIRANDA, p.11):

“O Brasil, desde a sua descoberta até a crise de 1929, possuía a grande propriedade fundiária como forma dominante do controle da terra no meio rural brasileiro, a qual era amparada e recebia incentivo dos governos, predominava o cultivo do açúcar, do café e a atividade pecuária. As exportações eram à base da economia brasileira”.

Devido à grande recessão que ocorreu no ano de 1929, acabou atingindo também os grandes fazendeiros que produziam café. Desta forma, faliram e foram vendendo suas propriedades em pequenas partes. Esse desmembramento de terras juntamente com as partilhas por sucessão hereditária originaram as pequenas propriedades. “Entretanto, até a década de 1950, a estrutura do campo era a de grandes fazendas. A agricultura familiar ainda era vista como sinônimo de produtores de baixa renda, ou como pobres do campo, os quais ocupavam lugar secundário na sociedade brasileira”, (MIRANDA, 2011, p.11).

De acordo com Brasil (1963, *apud* MIRANDA, p.11), com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, sob a Lei 4.214 de 2 de março de 1963, ocorreram avanços significativos que passou a estender benefícios já existentes para os trabalhadores urbanos, estendeu este

também este benefício aos trabalhadores rurais. No ano de 1964, foi criado o Estatuto da Terra, que autorizou o governo fazer uma Reforma Agrária mais intensa.

Em 1965 foi criado o crédito rural, exercendo um importante instrumento de política agrícola. Durante o período da Revolução Verde, o crédito rural foi farto e subsidiado, viabilizando, juntamente com a pesquisa e assistência técnica, processo de modernização da agricultura. (apud, NUNES, 2017, p.7).

Mais tarde, com a Constituição de 1988, (art. 5º, XXIII), a terra passa a ter um caráter de cunho social. No mesmo ano, com a promulgação da “Constituição Cidadã” a Reforma Agrária, passa a ser uma questão de “ordem social e econômica” no Brasil e que a propriedade da terra, deve atender a uma função social, caso essa função não seja cumprida, a terra deveria ser desapropriada e redistribuída.

Posteriormente a uma decisão política que resultou de uma mobilização das organizações dos agricultores familiares pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) os quais reivindicavam um programa de crédito específico. (NAVARRO, 2010).

A agricultura familiar tem papel importante no desenvolvimento rural brasileiro, segurança e soberania alimentar, inclusão social das pessoas mais pobres do campo e estancamento do êxodo rural. Por conseguinte, foram designadas diversas políticas públicas para os agricultores entre os anos de 1996 e 2010 (MDA, 2011). Entre essas políticas pode-se destacar:

a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): que foi oficializado pelo decreto nº1946, no ano de 1996. Neste programa foi delimitado o público que se enquadra como agricultor familiar;

b) Lei da Agricultura Familiar: esta lei define os critérios para caracterizar os agricultores familiares que possuem acesso às políticas públicas para o meio rural. Esta lei foi criada dia 24 de julho de 2006, nº11. 326;

c) Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): foi publicada no ano de 2007 e oficializada com a Lei de ATER- nº12.188 de 11 de janeiro de 2010. Esta lei possui como objetivo definir as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural com exclusividade para agricultura familiar com base na lei nº 11.326;

d) Programa Nacional de Alimentação Escolar ou PNAE: Lei nº 11.947, de 16 de junho do ano de 2009. No artigo 14 desta lei, está definido que 30% dos produtos da merenda escolar devem ser adquiridos diretamente dos agricultores familiares;

e) Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Através deste programa, o poder público, pode realizar comprar de alimentos para instituições a este vinculadas diretamente de agricultores familiares, sem a necessidade de se fazer licitação;

f) Programa Mais Alimentos: foi lançado no ano de 2008, possuía como objetivo financiar investimentos em infraestrutura destinada a agricultura familiar. Esta é uma linha do crédito de PRONAF;

g) Regularização ambiental de imóveis rurais: no ano de 2009, o Ministério do Meio Ambiente realizou normativas as quais tratavam de forma diferenciadas a agricultura familiar, no que diz respeito ao uso de áreas de preservação permanente e reserva legal.

Desta forma, o acesso ao crédito, pelo pequeno agricultor proporciona a subsistência e ao mesmo tempo movimenta a economia, visto que, com a liberação do crédito o mesmo será utilizado na aquisição de insumos necessários para o desenvolvimento da sua atividade. O acesso ao crédito gera um aumento na renda do agricultor, com isso a economia acaba girando, ou seja, políticas de acesso ao crédito a fim de equilibrar a relação investimento-renda são essenciais na dinâmica da economia.

Após esta abordagem, pode-se ressaltar que as políticas públicas destinadas para a agricultura familiar, têm sido impulsionadoras do desenvolvimento da agricultura familiar brasileira. No entanto, o fortalecimento e valorização da agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais, os quais devem ser implementados de forma articulada, onde o Estado cumpre um papel fundamental.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi instituído oficialmente através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de junho de 1996, sendo instituído com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar, como segmento de gerador de emprego e renda.

“De modo a estabelecer um novo padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, produzindo um novo modelo agrícola nacional” (Brasil, 1996 p.11) apud Schneider.

O PRONAF surge como um programa essencialmente de concessão de crédito aos agricultores familiares, dispondo diversas de linhas de financiamento. O PRONAF é operacionalizado principalmente por bancos públicos, e cooperativas de crédito sendo que os recursos são emprestados pelo governo federal, com objetivo de garantir que sejam praticadas taxas muito baixas de juros, facilitando assim o acesso dos agricultores aos recursos.

A Criação do PRONAF foi uma tentativa de se corrigir uma distorção que foi criada na década de 1960, quando o Estado passou a subsidiar de maneira sistemática o crédito rural, que tinha como propósito promover a modernização e ampliação da produção nacional. Nesta época ocorria uma distorção, pelo fato de quase todos os recursos eram destinados somente para os grandes agricultores, porém, a maior parte da produção e dos empregos gerados no campo, advinham dos empreendimentos da agricultura familiar. (TEIXEIRA *et al.*,2007p.15).

A partir da criação do PRONAF, o Estado reconheceu uma nova categoria social os agricultores familiares, que até então eram praticamente excluídos, no que diz respeito ao acesso dos benefícios da política agrícola.

Após estudos realizados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em conjunto com o INCRA, entre os anos de 1992 e 1994, a agricultura foi definida com maior precisão conceitual e foram estabelecidos um conjunto de diretrizes que deveriam orientar a formulação de políticas públicas adequadas as peculiaridades dos agricultores familiares. Esses estudos serviram de base para as primeiras formulações da nova política pública.

De acordo com Schneider (2011, p. 57) o PRONAF possui quatro grandes objetivos: ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares, viabilizar a infraestrutura necessária junto a melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares,

e elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social e estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos.

A operacionalização do PRONAF ocorre a partir de uma rede de bancos credenciados e da Assistência Técnica e Extensão Rural que são responsáveis pela elaboração de projetos técnicos e fornecem a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), em conjunto com os sindicatos representativos dos agricultores. A DAP é o documento que comprova o enquadramento do agricultor na Lei da Agricultura Familiar, e que conseqüentemente, o torna apto a se beneficiar com as políticas públicas disponíveis para a categoria.

De acordo com Schneider (2011, p.59.):

O formato recente da DAP, além de identificar a família como potencial beneficiária do crédito, classifica os agricultores em grupos de beneficiários. Os grupos A e A/C são formados pelos assentados do Programa de Reforma Agrária (PNRA) e demais programas de crédito fundiário do governo federal (Cédula da Terra, Banco da Terra ou o Programa de Crédito Fundiário). O grupo B aglomera o conjunto formado pelos agricultores mais pobres do rural brasileiro. Já o grupo Variável, que foi criado em 2008, pela fusão dos grupos C, D e E, abrange a parcela mais estruturada e capitalizada da agricultura familiar nacional.

Neste contexto, existem basicamente três tipos básicos disponíveis para o setor agropecuário: Crédito de custeio, crédito de investimento e crédito de comercialização. O crédito destina-se para a necessidade de capital de giro para as atividades agrícolas Bacha, (2012), apud AMORIN et al, 2014, p. 54.

2.3 INADIMPLÊNCIA RURAL

A inadimplência compreende o não pagamento da dívida no prazo pactuado, por parte dos tomadores de crédito. Sendo que, o não pagamento parcial ou total, ocasiona um desacordo com as normas contratuais, sujeitando o tomador do crédito ao pagamento de multas, juros e outros encargos.

Arraes e Teles (1999, apud COSTA; NETO, 2011, p. 109), admitem que a análise de inadimplência deve ser entendido como a quebra de um contrato de débito por parte do devedor. Ou seja, isso acontece quando o tomador do crédito não possui meios para conseguir quitar suas obrigações.

Já foram realizados alguns estudos para se analisar quais são os fatores responsáveis pela inadimplência no setor rural. Como o de GORDON (1976, apud FONSECA, 2012, p. 20),

onde constata que um dos fatores pelo qual, os empréstimos não são pagos no prazo estabelecido, podem-se citar condições climáticas e fatores conjunturais.

No entanto Vany, 1984, (apud FONSECA, 2012, p. 20), destaca como fatores de inadimplência a variação dos preços agrícolas, níveis de produção e renda, utilização do capital próprio e insumos utilizados no processo de produção.

De acordo com ARAÚJO (1983, apud FONSECA, 2012, p. 20):

Garantias e capacidade de pagamento, preço do empréstimo, condições mercadológicas, características pessoais e gerenciais são fatores que influenciam a capacidade de pagamento dos empréstimos. Destaca características que apontam a probabilidade de o produtor ser inadimplente, dividindo em três grupos: a) variáveis de potencialidade (terra, benfeitorias, máquinas, equipamentos, rebanhos, garantias e reciprocidades bancárias); b) variáveis demográficas (idade, região, sexo, número de dependentes, escolaridade, tipo de direito sobre a terra); e c) indicadores econômicos (atividade econômica, quantidade de mão de obra empregada, tecnologia, risco medido pela variação dos preços, produção, renda, insumos utilizados, dívida e capital próprio).

No entanto, muitas vezes ocorrem dificuldades na conclusão do ciclo de crédito, que passa pelas seguintes etapas: empréstimo do crédito, aplicação do mesmo, gerar recurso com a venda da produção e posteriormente a devolução do dinheiro ao agente financeiro. Porém, no final do ciclo, há o risco de inadimplência por parte do agricultor, devido à redução da produtividade a qual pode ter sido causada por fatores climáticos, variação de preço dos produtos vendidos, entre outros.

A hipótese de que a rentabilidade do setor rural é mais baixa, quando comparada com a rentabilidade de outros setores, SANTIAGO e SILVA (1999), defendem uma política econômica que afete positivamente a renda dos trabalhadores rurais do Brasil, tornando desta forma menor a possibilidade de inadimplência por parte dos agricultores, apud FONSECA, 2012, p. 21.

Segundo SILVA (1998, apud NONNEMACHER, 2015, p. 12):

“As razões que levam os agricultores a inadimplência podem estar relacionadas a múltiplos fatores ou até mesmo sua incapacidade de gerar caixa para cumprir com os pagamentos, mesmo não devendo ser o fator de decisão em alguns casos é preciso que haja garantias para concessão do empréstimo”.

Muitas vezes com o acesso ao crédito facilitado, aumenta as possibilidades de endividamento, comprometendo desta forma todos os bens que o agricultor possui.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DE PESQUISA

Nas próximas seções será apresentado um breve histórico do município de Rio Bonito do Iguazu, visto que o Assentamento Ireno Alves dos Santos faz parte do mesmo e posteriormente será apresentado o histórico do assentamento.

2.4.1 O MUNICÍPIO DE RIO BONITO DO IGUAÇU

De acordo com o Censo Agropecuário de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Rio Bonito do Iguazu possui uma área de 701,4 km², sua população é de 13.660 habitantes. O município está situado a 598 metros de altitude, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude 25° 28' 14" Sul, Longitude: 52° 32' 41" Oeste. Rio Bonito do Iguazu, faz divisa com os municípios de Laranjeiras do Sul, Porto Barreiro e Saudade do Iguazu.

No século passado, a paisagem natural do local onde se encontra atualmente o município de Rio Bonito do Iguazu era formada por densas florestas, as quais possuíam predominância total de Pinheiro do Paraná, que margeavam o Rio Iguazu. Determinadas áreas eram cobertas por gramíneas, que recebem o nome de barba-de-bode, formavam assim, os campos limpos cortados por pequenas matas de matas ciliares que beiravam o rio.

O período de 1940 a 1960 foi caracterizado por intenso extrativismo vegetal de madeira de lei para beneficiamento nas indústrias de móveis das cidades ou para exportação. Devido ao fato da grande abundância de Pinheiro do Paraná, cedro, angico, canela, ipê, monjoleiros entre outros, instalaram-se nesta região inúmeras serrarias, apud GALERA, 2009.

Nesta época, a população era composta por pessoas que trabalhavam nas serrarias e por pequenos trabalhadores rurais os quais foram explorados, venderam as madeiras e as propriedades, permaneceram sem auxílio, com pouco ou nenhum recurso, morando em casebres e dependendo dos órgãos públicos.

As matas eram derrubadas, as árvores eram puxadas em carros de boi pelos picadões, até chegar aos caminhões, os quais realizavam o transporte até as sesmarias, onde as madeiras eram desdobradas para exportação e construção de casas. Após certo tempo, os donos das serrarias transferiam suas atividades para outras regiões, continuando a atividade de desmatamento em outros locais.

Com a exploração de madeira e como consequência ocorreu um crescimento na população, foi instalada a primeira casa comercial em Rio Bonito do Iguazu na década de 40, o

Senhor Inácio Patrício de Matos, trazia mantimentos de Guarapuava, em carroções puxados por bois e revendia as mercadorias às famílias do vilarejo. GALERA, 2009.

No ano de 1951, na administração do prefeito Alcindo Natel de Camargo, de Laranjeiras do Sul, a comunidade de Rio Bonito que até então era apenas um povoado, foi elevada à categoria de Distrito.

Na década de 60, o município de Rio Bonito e toda a região, começaram a receber safristas, que realizavam a derrubada da mata nativa para após realizar o plantio de milho e colocavam suínos para engorda, os quais posteriormente eram comercializados no município de Ponta Grossa, que ficava a cerca de 300 quilômetros de distância. (GALERA, 2009).

A partir deste período, iniciou o plantio intensivo e a comercialização de produtos agrícolas, que até então eram usados apenas para subsistência. A população do município passa a receber migrações de várias famílias, as quais vinham principalmente do Rio Grande do Sul, em busca de terras mais férteis e apropriadas para a agricultura mecanizada. A maioria das famílias era de descendência europeia (alemã, polonesa e italiana), contribuindo para a composição pluriétnica da população, apud GALERA, 2009.

No ano de 1970, teve início a mecanização agrícola ocorreu assim uma multiplicação na produção. As famílias que haviam chegado nestas terras, dedicavam-se ao plantio de soja, arroz, feijão, milho mandioca e criação de gado de leite e corte. Derrubavam as matas, realizavam a destoca dos terrenos e formavam as lavouras, utilizando ferramentas manuais, bois de canga e arado para lavrar a terra. Realizavam estas atividades coletivamente, os vizinhos se ajudavam através de mutirões.

Aos poucos, a vida das pessoas foi se transformando, a rotina acomodada, onde produziam para subsistência e o excedente era comercializado. No entanto, esse cenário foi se modificando, grande parte do município se transformou: da pequena propriedade a grande, da diversificação agrícola à monocultura, do arado de boi ao trator, da enxada ao agrotóxico, da vida tranquila a agitação em busca da acumulação do capital financeiro.

Essa modificação na estrutura da produção agrícola provocou inúmeros problemas na vida das pessoas, pois devido ao fato do aumento da produtividade em monoculturas, para conseguir atender a demanda política de exportação do governo, como consequência surgiram problemas sociais de desemprego, êxodo rural, entre outros. Pois à medida que a mão de obra do trabalhador rural foi substituída pelas máquinas agrícolas, como tratores, colheitadeiras,

muitas pessoas que vendiam sua mão de obra, por salários baixos, para conseguir sustentar sua família. Essas famílias tiveram que mudar para a cidade para sobreviver de "bicos" e trabalhos temporários.

Os agricultores encontraram dificuldades para transportar os produtos, reuniram-se para tentar encontrar soluções, surgiu a ideia de criar um Conselho Comunitário, onde discutiam e buscavam alternativas para os problemas da comunidade. Essa ideia só foi efetivada por volta do ano de 1986, com a criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio Bonito. Com a criação do conselho e a falta de poder de decisão nos problemas mais sérios que angustiavam a população, principalmente estradas, saúde e educação. Surge o desejo da emancipação política e administrativa do então distrito de Rio Bonito. (GALERA, 2009).

No mês de março de 1990, foi realizado um manifesto aos líderes políticos estaduais do estado do Paraná, em prol da criação do Município de Rio Bonito, contando com a ajuda da Câmara de Vereadores de Laranjeiras do Sul.

O pedido foi atendido. O município foi criado legalmente, no entanto, a lei foi questionada pela justiça por forças contrárias e declarada inconstitucional. Depois de várias decepções, as lideranças do então Distrito de Rio Bonito retornam a luta e decidem pelo Plebiscito, oficializando assim o desejo da população. O plebiscito foi realizado e obteve 95,2% de aprovação da população, GALERA, 2009.

Desta forma, o pedido foi realmente oficializado, no dia 19 de março de 1992 o governador Roberto Requião, assina a Lei nº 9.907, reconhecendo o Distrito de Rio Bonito como município do estado do Paraná. O mais novo município passou a denominar-se "Rio Bonito do Iguaçu", recebeu esse nome em homenagem ao Rio Iguaçu, o qual banha grande parte das terras deste município.

No dia 3 de outubro de 1992, os rio bonitenses elegem o primeiro prefeito, o vice-prefeito e os nove vereadores. O município foi oficialmente instalado no dia 1 de janeiro de 1993 e empossado os membros do poder Executivo e Legislativo. GALERA, 2009.

A partir do ano de 1996, o município passou por muitas transformações significativas, com a chegada das famílias integrantes do MST (Movimento dos Sem Terra), as quais permaneceram acampadas durante algum tempo, passaram por muitas dificuldades e conseguiram formar dois grandes assentamentos: Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire. A

economia do município é baseada na agricultura e na pecuária, sendo a maioria pequenos agricultores, que sustentam suas famílias com o cultivo da terra. (GALERA, 2009).

Os assentamentos tendem a impulsionar a economia local e da região em que estão inseridos, pois estimulam as várias atividades.

2.4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO IRENO ALVES DOS SANTOS

No mês de março de 1996, municípios vizinhos a Rio Bonito do Iguaçu, sediaram dois grandes acampamentos às margens da rodovia BR-158, entre os municípios de Saudade do Iguaçu e Laranjeiras do Sul. No mês de abril deste mesmo ano, estes trabalhadores saíram em caminhada das duas extremidades do latifúndio rumo à ocupação, onde continuaram acampados no local que ficou conhecido como “Buraco”, localizado em um ponto estratégico às margens da BR-158, que ficava próximo à sede da fazenda. (MONTEIRO, 2003).

O início da vinda das famílias para o acampamento, ocorreu entre os dias 25 de março a 16 de abril de 1996, chegavam famílias das mais diversas regiões, todos que chegavam realizavam um cadastro, para poder fazer parte do acampamento. (MST, 1999).

O Buraco foi a maior aglomeração de pessoas, que já foi registrada na história, cujo objetivo comum era a posse da terra. Conhecido mundialmente como o maior acampamento da América Latina, com mais de 3000 famílias, o que equivale a aproximadamente 12 mil pessoas, em busca da realização de um sonho comum, o de viver dignamente na terra. (MST, 1999).

De uma hora para outra, o pequeno município se tornou palco de um marco na história da luta pela terra. Teve que mudar toda sua estrutura para atender quatro vezes mais pessoas do que o número de habitantes que possuía.

As experiências no acampamento do Buraco, na BR-158, marcam para sempre a história de vida de muitas famílias, que ali permaneceram por um longo tempo, enfrentaram frio, fome, chuva, muitas crianças vieram a falecer, em virtude da poluição do ar, que era causado pela fumaça escura de nó de pinho, que era utilizado para fazer fogo. Devido a todos esses problemas, os companheiros se reuniram e chegaram a um consenso de que era hora de agir. Ocuparam o local chamado Portão, onde existia uma guarita com vários pistoleiros que tinham o objetivo de proteger a entrada da fazenda. (MST, 1999).

Após a mudança para o Portão, os problemas causados pela superpopulação amenizaram, porém, não foram resolvidos. Já tinham se passado três meses, e as autoridades

não haviam tomado nenhuma decisão, os companheiros de luta se reuniram em assembleia e decidiram ocupar a sede da fazenda, pois estavam passando fome, devido ao fato de que não conseguiam emprego e não tinham como produzir. (MST, 1999).

O povo, ansioso e faminto, andou 14 quilômetros, em sentido para dentro da fazenda e todos repetiam o lema: “É necessário plantar”. Na área da fazenda que estava em negociação, as pessoas que estavam acampadas cultivaram milho, feijão e verduras. Foram organizados 83 núcleos de trabalho, numa área de aproximadamente 2.500 hectares. Mesmo assim, ainda havia pessoas que passavam necessidades e crianças doentes, sem assistência. No entanto, a esperança por dias melhores enchiam o peito de orgulho e vontade de trabalhar na terra. (MST, 1999).

Quando tudo parecia mais tranquilo, pois o sonho de conquistar a terra estava próximo de se concretizar, no dia 16 de janeiro de 1997, enquanto trabalhavam na área que seria desapropriada, um grupo foi surpreendido, por tiros de espingardas, pistolas e fuzis, sendo mortos o jovem Vanderlei das Neves e o senhor José Alves dos Santos, sendo acusados pelos pistoleiros, por estarem caçando em área proibida. Monteiro, (2003, apud GALERA 2009).

Sendo que, nesta ocasião o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), decretou a desapropriação das terras e realizou a Reforma Agrária, foram desapropriados 16.800 hectares de terra da fazenda Giacomet, e que pertenciam a um único dono e que passaram a prover o sustento de 917 famílias. (MST, 1999)

No entanto, a partir do momento conquista da terra, os assentados tomam posses de seus lotes de terra e passam a possuírem vários direitos, dentre esses se destacam o acesso a créditos rurais, através dos quais adquiriram maquinários, para destocar a terra para o cultivo da lavoura, adquiriram insumos agrícolas e à acomodação das famílias com relação à infraestrutura. O primeiro crédito que os assentados puderam acessar foi o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA). Sendo que, era destinado um valor de crédito para implantação, que se dividia em alimentação, fomento (compra de ferramentas, sementes e animais) e habitação; investimento no lote e outra parte era o crédito para produção da lavoura, através do qual o assentado podia adquirir os insumos agrícolas e pagar horas máquinas para conseguir produzir.

No entanto, muitos destes agricultores assentados não conseguiram honrar com seus compromissos, desta forma, ocorreu o bloqueio do crédito, e a maioria dos assentados não teve continuidade ao crédito custeio; sendo assim, na safra posterior passaram por diversas

dificuldades, pois como se sabe em sua maioria, os assentados não dispõem de renda suficiente para desenvolverem sozinho seu plantio, sem possibilidades de arcar com diversas despesas como, por exemplo, gastos com alugueis de maquinários, insumos, sementes, calcário, dentre outras.

3. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Nesta seção serão explanados os métodos e procedimentos que serão utilizados para se conseguir atingir os objetivos da pesquisa, serão definidos quais os tipos de dados e informações serão pesquisados, que junto com o referencial teórico contribuirão para encontrar a resposta do problema de estudo sugerido no início da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Gil(2012), o delineamento da pesquisa diz respeito ao planejamento da pesquisa, ou seja, envolve questões de análise e interpretação dos dados, também considera o ambiente no qual serão coletados os dados.

a) Quanto aos objetivos

Para atender os objetivos da pesquisa que é analisar as causas que influenciam a inadimplência dos agricultores do Assentamento Ireno Alves dos Santos e que acessam o PRONAF foram realizados procedimentos metodológicos. Basicamente, será uma pesquisa descritiva, visto que, de acordo com Gil (2012, p. 28), as pesquisas descritivas possuem como objetivo primordial descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, voltadas a refletir sobre a atuação prática.

b) Quanto aos procedimentos

Com relação aos procedimentos, a pesquisa é classificada como um levantamento de campo ou survey, pois de acordo com Gil (2012, p. 55) as pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

Ainda de acordo com Gil, (2012, p.55) “na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes seleciona-se uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação”.

Desse modo será utilizado o levantamento de campo, considerado o mais adequado aos objetivos propostos no início da pesquisa.

c) Quanto à abordagem

A pesquisa realizada foi predominantemente qualitativa, pois de acordo com Gil (2012), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Os pesquisadores

que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que pode ser feito, porém não quantificam os valores.

O objetivo foi o de analisar qualitativamente as percepções, opiniões valores e os perfis dos assentados. Para uma melhor interpretação dos dados, tornou-se importante o levantamento de dados bibliográficos que abordam a história do assentamento. A pesquisa bibliográfica e revisão teórica acompanharão todas as fases da pesquisa.

Para a realização da pesquisa foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário, o qual foi aplicado por meio de solicitação de entrevista pessoal com os agricultores que acessam o PRONAF. Sendo que, este instrumento é composto de questões fechadas e abertas, para se conseguir identificar as possíveis causas apresentadas para auxiliar na análise da problemática abordada. Os questionários serão aplicados entre os dias 20 de setembro de 2017 à 06 de outubro de 2017. Selecionou-se uma amostra de 40 agricultores, da população dos agricultores que acessam o PRONAF, para aplicar os questionários e através destes descobrir os agricultores que estão inadimplentes. Os resultados obtidos foram apresentados através de gráficos e tabelas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados referentes à aplicação dos questionários junto aos produtores rurais do Assentamento Ireno Alves dos Santos e que acessam o PRONAF. Inicialmente será feita a caracterização do perfil dos agricultores pesquisados e posteriormente serão apresentadas as possíveis causas que influenciam, a inadimplência destes agricultores.

Em relação a faixa etária dos entrevistados, a média de idade dos agricultores pesquisados ficou entre 31 e 40 anos, conforme pode-se observar na quadro 1:

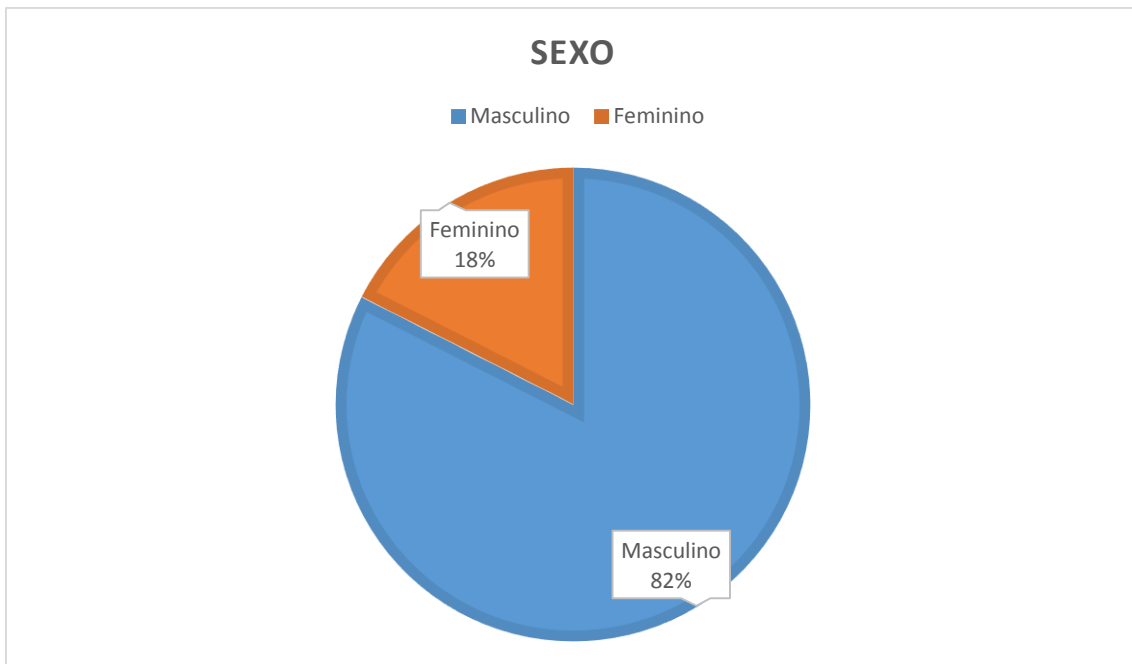
QUADRO 1: FAIXA ETÁRIA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS

Entre 20 e 30 anos	Entre 31 e 40 anos	Entre 41 e 60 anos	Acima de 60 anos
10	20	6	4
25%	50%	15%	10%

Fonte: Elaborada pela autora

O quadro 1 demonstra a faixa etária dos agricultores pesquisados, sendo que entre 20 e 30 anos, há 10 agricultores que acessam o PRONAF, representando 25% dos entrevistados. Entre 31 e 40 anos é a mais significativa entre os agricultores, visto que, 20 agricultores se encontram nela, representando 50%. Já entre 41 e 60 anos, 6 agricultores se incluem, o que representa uma porcentagem de 15%. E acima de 60 anos há apenas 4 agricultores que acessam o PRONAF, representando 10%. Desta forma, conclui-se que os agricultores entre 31 e 40 anos são os que mais acessam o PRONAF.

Com relação distribuição por sexo dos respondentes, verifica-se que o masculino possui uma maior adesão de acesso ao PRONAF, representa 82% do total da amostra estudada, ao par do feminino que apresenta uma porcentagem de 18%. Os homens apresentam uma maior representatividade, visto que, o contrato das terras do assentamento, estão no nome deles e o para acessar o PRONAF, se faz necessário que a propriedade esteja em seu respectivo nome.

GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO POR GÊNERO DOS ENTREVISTADOS

Fonte: Elaborada pela autora

Com relação à escolaridade dos agricultores pesquisados, obteve-se os seguintes resultados conforme o quadro a seguir:

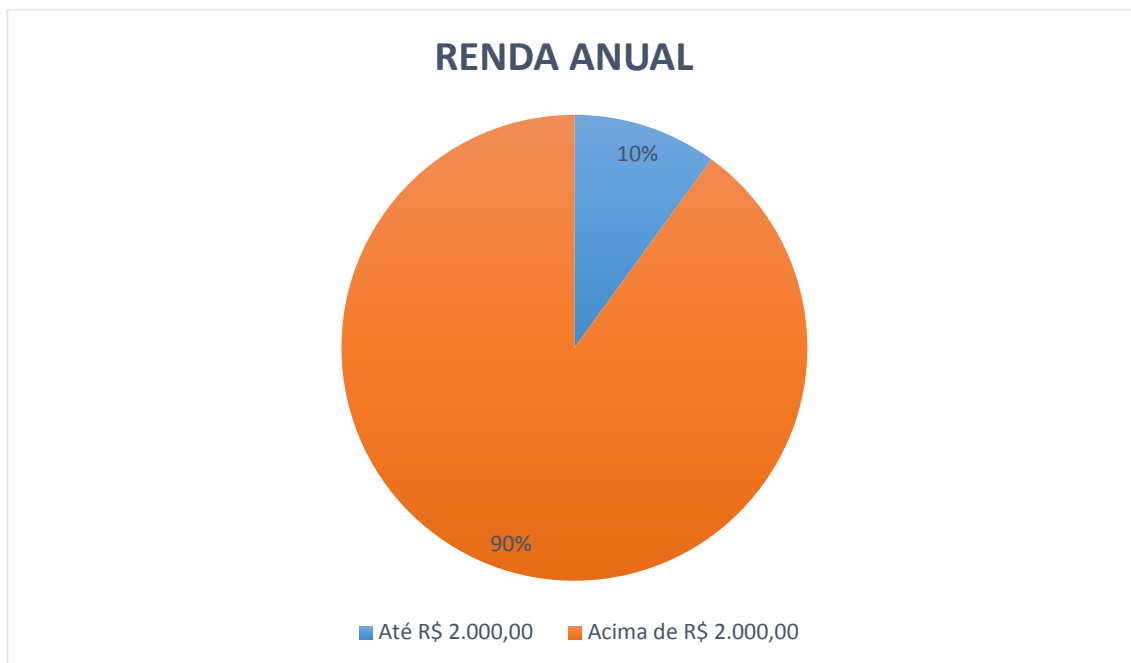
QUADRO 2: ESCOLARIDADE DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS

Nunca estudou	Ensino Fundamental	Ensino Médio
22,5%	57,5%	20%

Fonte: Elaborada pela autora

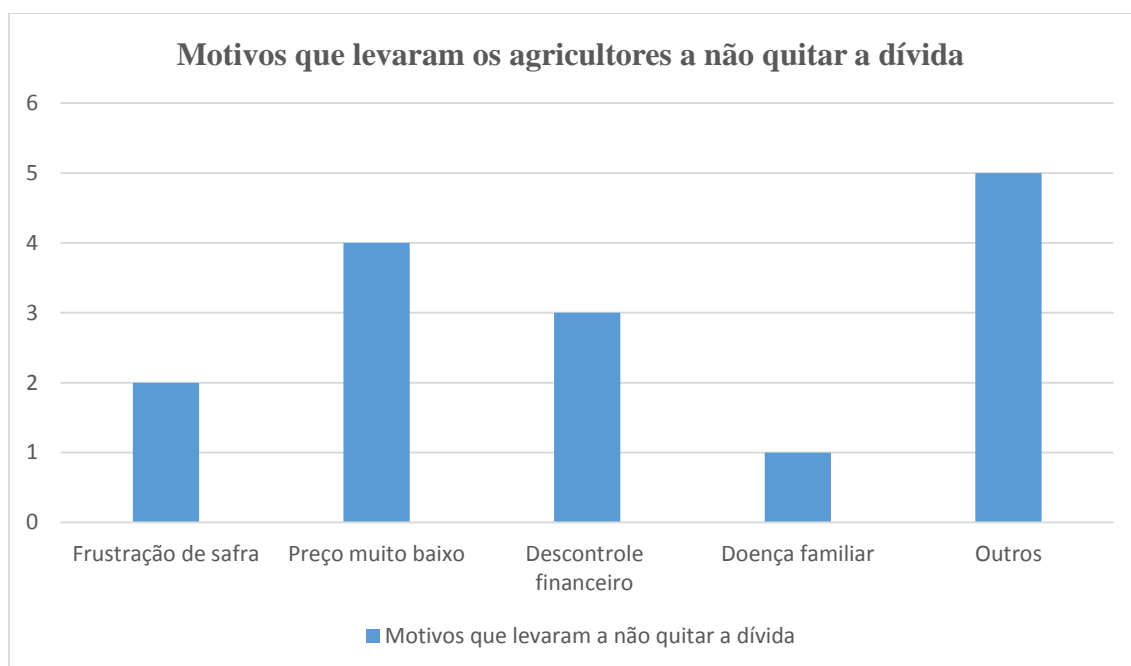
De acordo com o quadro, conclui-se que da amostra total dos pesquisados 22,5% nunca estudaram, 57,5% possuem o Ensino Fundamental e 20% concluíram o Ensino Médio

Com relação à renda anual dos agricultores, 10 % responderam que possuem renda de até R\$ 2.000,00 e a grande maioria, representando 80% dos entrevistados responderam que possuem uma renda anual de acima de R\$ 2.000,00, conforme pode-se observar no gráfico a seguir.

GRÁFICO 2: RENDA ANUAL DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS

Fonte: Elaborada pela autora

Quanto ao acompanhamento da assistência técnica, 13 agricultores responderam que tiveram acompanhamento, o que representa uma porcentagem de 32,5%, no entanto, o que preocupa é 27 responderam que não tiveram acompanhamento da assistência técnica, representando 67,5%. Este é um ponto que reforça a ineficácia do acompanhamento do crédito, ou seja, quem não acompanha para o qual o crédito emprestado receberá o destino correto, abre margem para o desvio da finalidade. Pois quando há acompanhamento da assistência técnica, os técnicos acompanham desde a escolha dos insumos que serão utilizados no plantio da lavoura até a comercialização dos mesmos.

GRÁFICO 3: MOTIVOS QUE LEVARAM OS AGRICULTORES A DEIXAR DE QUITAR A DÍVIDA

Fonte: Elaborada pela autora

Da amostra de 40 agricultores entrevistados, 15 responderam ser inadimplentes com o PRONAF. No que diz respeito aos motivos que levaram os agricultores a se tornarem inadimplentes, 2 agricultores responderam tratar-se de frustração de safra, ou seja, houve perda da safra, 4 responderam que o preço dos produtos comercializados é muito baixo, desta forma, a venda dos produtos foi insuficiente para cobrir os custos da lavoura. Houve 3 agricultores, relatando que foi devido ao descontrole financeiro, 1 agricultor respondeu que foi pelo fato de ter que gastar com doença na família. E 5 afirmaram que estão inadimplentes devido ao fato que para acessar o crédito, os agricultores necessitam de um avalista como garantia de pagamento, desta forma, ambos são inscritos em cadastros de proteção ao crédito, e enquanto não houver a liquidação da dívida, o avalista fica inscrito e automaticamente impedido de tomar crédito.

Com relação a questão se o recurso foi aplicado para o fim a que era destinado, 30 agricultores responderam que utilizaram o recurso da maneira correta e 10 responderam que não aplicaram o recurso para o fim que teria que ser, ou seja, ao invés de investir o recurso na

agricultura, 4 pessoas utilizaram esse crédito para comprar veículo, 5 efetuaram o pagamento de outras dívidas e 1 agricultor respondeu que gastou o crédito com imprevistos.

No que diz respeito as ações que poderiam ser desenvolvidas (pelos bancos, governo) para reduzir a inadimplência do PRONAF, os agricultores pontuaram: que as instituições financeiras que ofertam o crédito deveriam reduzir as taxas de juros ² para que os agricultores possam renegociar suas dívidas e oferecer melhores condições para renegociação das mesmas.

Outra colaboração de acordo com os entrevistados, é que se faz necessário que se tenha o valor mínimo do produto quando este for vendido, pois para conseguir quitar o empréstimo sempre tem que vender algum tipo de bem, visto que apenas a produção não se consegue quitar a dívida. E que deve haver um real acompanhamento para que se faça o investimento de forma correta, através do acompanhamento da assistência técnica para ajudar a colocar em prática de forma segura.

Deveria ser diminuído o valor que os técnicos cobram para elaborarem o projeto que é enviado à instituição financeira. E o valor que é cobrado para o agricultor ter acesso ao seguro da lavoura Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) ³, é alto também, descontando esses valores sobra pouco para investir na lavoura.

Como alternativas para melhorar o crédito no assentamento, os entrevistados citaram que deve haver menos burocracia para ser acessado algum tipo de crédito.

Se faz necessário adotar algum tipo de incentivo, através da compra de produtos dos agricultores local, pela prefeitura do município, no entanto, deveria ser feita de maneira menos burocrática.

2

De acordo com o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, a taxa de juros é a seguinte: juros de 2,5% a.a. para o custeio da produção de comida para brasileiros e para a produção de base orgânica e agroecológica. Juros de 5,5% a.a. para as demais culturas, criações e práticas de produção. Juros de 2,5 % a.a. para investimentos na implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção das unidades familiares. Juros de 2,5 % a.a. para investimento em práticas sustentáveis de manejo do solo e da água, irrigação, produção de energia renovável e armazenagem. http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/1%20-%20Cr%C3%A9dito%20Rural%20Pronaf%20Safra%202016-2017.pdf

³ Garante a exoneração de obrigações financeiras relativas a operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/risco-agropecuario/proagro>

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo geral analisar as causas que influenciam a inadimplência dos agricultores do Assentamento Ireno Alves dos Santos, município de Rio Bonito do Iguazu (PR) e que acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Entender as causas que influenciam a inadimplência dos agricultores, são de extrema importância, visto que o acesso ao PRONAF é um dos meios que podem levar ao aumento da capacidade produtiva, ao crescimento da renda e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores do assentamento. Sendo que, essa permanência no assentamento só foi possível ao PRONAF, pois através desta política pública conseguiram construir suas moradias e produzir para sua subsistência.

O PRONAF, voltado ao agricultor familiar foi a primeira política pública de âmbito nacional a qual foi implementada pelo governo federal, para beneficiar os agricultores familiares, viabilizou efetivamente uma notável e ampliação do acesso ao crédito rural.

De acordo com os resultados obtidos com este estudo, conclui-se que o PRONAF, é um programa de extrema importância para o município de Rio Bonito do Iguazu e particularmente para o Assentamento Ireno Alves dos Santos, visto, que através deste os agricultores conseguem desenvolver suas atividades. Além disto, cumpre a função social de melhoria de redistribuição de renda e mantém o agricultor no campo, contribuindo assim, para o contínuo desenvolvimento da produção agropecuária do município de Rio Bonito do Iguazu, sendo a agricultura o principal setor que movimenta a economia do mesmo. Destaca-se também, que deve-se dar uma atenção maior as atividades agropecuárias, pois com o maior número de agricultores acessando o PRONAF, maiores serão os benefícios, não somente aos agricultores mas para todo o município.

No entanto a questão da inadimplência do PRONAF, é um assunto complexo, tendo em vista, que vários são os fatores que levam os agricultores a não honrarem com o pagamento de seus contratos.

De acordo com o resultado do estudo, fica evidente que para diminuir a inadimplência do PRONAF, se faz necessário que as instituições financeiras, prefeitura do município, EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), Universidade, ofereçam

acompanhamento técnico, pois desta forma fica mais difícil os agricultores desviarem os recursos.

Segundo os dados levantados nos questionários realizados, verifica-se que as principais causas da inadimplência estão relacionados com o baixo preço de comercialização do produto, sendo que desta forma, não cobrem os custos da produção. Outra questão, está relacionada com o fato de que para acessarem o crédito é necessário que o agricultor possua um avalista como garantia de pagamento, sendo que, muitas vezes o avalista não cumpre com seu compromisso. Desta forma, enquanto a dívida não for quitada, ambos ficam com os nomes inscritos em cadastros de proteção ao crédito.

Como sugestão para melhorar o nível de inadimplência dos agricultores, sugere-se uma política mais efetiva para a gestão financeira do pequeno produtor, como um plano de viabilidade econômica, que esteja atrelada à capacitação dos produtores e desenvolver estratégias de renegociação das dívidas, pois o PRONAF constitui um dos instrumentos de diversificação e modernização da agricultura.

Sugere-se que estes resultados sirvam de incentivo para que outras pessoas se interessem pelo tema e deem continuidade a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AMORIN, F. R.; ELIZIÁRIO, R. O.; TERRA, L. A; **O grau de inadimplência do PRONAF no assentamento de Reforma Agrária de Ibitiúva no município de Pitangueiras, SP, 2014.**
- AQUINO, J.R.; SCNEIDER S. **O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro.** Rio Grande do Sul, 2015.
- ARAÚJO, P. F.C. (1983), “**O crédito rural e sua distribuição no Brasil**” Estudos Econômicos, São Paulo, 13, p.323–348.
- ARRAES, Ronaldo A.; TELES, Vladimir Kühl. **Fatores Causadores e Mantenedores da Inadimplência Agrícola no Brasil.** Fortaleza: UFC/CAEN, 1999. (Texto Para Discussão, 186 e Desenvolvimento, Recife v. 10, nº1, 2011.
- CARVALHO, R.S.; JUNIOR, A. R.B; **Inadimplência do crédito rural: Um estudo de caso do financiamento público no âmbito da agricultura familiar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar,** 2016 Rio de Janeiro.
- COSTA, C. P.; NETO, P. M.; **Fatores determinantes da inadimplência do crédito rural Pronaf em áreas de assentamento de reforma agrária no nordeste do estado do Pará.** Recife, vol. 10,2011.
- FONSECA, H., P. **Um Estudo Sobre a Inadimplência do Crédito Rural no Vale do São Francisco,** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- FRANCIS, P.C. **O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF): o estudo de caso do assentamento rural Dorcelina Folador (Arapongas-PR.),** Londrina, 2005.
- FRANCISCO, H. P. **Gestão de Risco na Concessão do Crédito Rural: Uma Proposta de Controle nas Operações de Crédito Rural da Agência 1493-1 – Barbosa Ferraz.** Monografia (Pós-Graduação *Latu Sensu* em Negócios Financeiros). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.
- GALERA, I., **Rio Bonito do Iguçu: Um rio de histórias.** Ed. Xagu, Rio Bonito do Iguçu, 2009.
- GIL, A. C., **Métodos de pesquisa social,** 6. Ed., 5. Reimp. São Paulo, Atlas 2012.
- Governo do Estado (Org.). **Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017:** A agricultura familiar produzindo no campo alimentos saudáveis para a cidade. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/1 - Crédito Rural Pronaf Safra 2016-2017.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- Governo. **Módulos Fiscais.** 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: 08 maio 2017.
- Governo. **O que é a agricultura familiar.** Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-é-agricultura-familiar>>. Acesso em: 06 abr. 2017.
- Governo. **Proagro.** 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/riscos-seguro/risco-agropecuario/proagro>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

GUALDA, N. L. P.; **Agricultura familiar versus modelo agro-exportador**. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001.

HAMMEL, A.C., SILVA, N.J.C., ANDREETTA, R. **Escola em movimento, A conquista dos assentamentos**, 1 ed., Rio Bonito do Iguaçu, 2007.

LUIZ, A. M. S. **Políticas públicas e parcerias que visam o desenvolvimento da produção sustentável e do pequeno produtor rural: um estudo do Pronaf no sertão de Pernambuco**. Recife, 2013.

MELLO, J. M.C.; NOVAIS, F.A. **Capitalismo tardio e a sociabilidade moderna. História da vida privada no Brasil, contrastes da intimidade contemporânea**. V.4, São Paulo: companhia das Letras, 1998.

MIRANDA, A. P.; **Análise da inadimplência no Pronaf-investimento em São Jerônimo-RS**, Porto Alegre, 2011

NONNEMACHER C.; **Estudo bibliográfico sobre o tema inadimplência em cooperativas de crédito**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Pato Branco 2015

NUNES, S. P.; **Instrumentos de política agrícola para a agricultura e a agricultura familiar no Brasil**, Boletim eletrônico, jun. 07, 2017.

SANTIAGO, M.M.D. e V. Silva (1999), **A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola: antecedentes e desdobramentos recentes**. São Paulo, 16, 47– 69.

TEIXEIRA, M. G.; HIGUCHI, A. K.; ROCHA, E. E. B.; VIEIRA, F. G. D. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Um Enfoque na Perspectiva Democrática de Alain Touraine**. *Revista Reuna*. v. 12, nº 2, Belo Horizonte. 2007, p. 39-54.

ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFES
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL - PR
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Esta pesquisa destina-se a coleta de dados para amparar o estudo sobre a inadimplência do PRONAF dos agricultores do Assentamento Ireno Alves dos Santos. Como trabalho de conclusão de curso de Ciências Econômicas, pela Universidade Federal da Fronteira Sul- UFES, campus Laranjeiras do Sul. Todos os dados levantados serão utilizados de forma anônima. Solicitamos de forma sincera e que traduza a realidade dos fatos.

1. IDADE

- Entre 20 e 30 anos
 Entre 31 e 40 anos
 Entre 41 e 60 anos
 Acima de 60 anos

2. SEXO

- Masculino Feminino

3. ESCOLARIDADE

- Nunca estudou Fundamental Médio Superior

4. RENDA ANUAL

- Até R\$ 1.000,00 Até R\$ 2.000,00 Acima de R\$ 2.000,00

5. Houve acompanhamento da assistência técnica durante a execução do crédito:

- Sim Não

RESPONDER as questões adiante somente QUEM POSSUIR EMPRÉSTIMO DO PRONAF E QUE NÃO CONSEGUIU QUITAR no prazo estabelecido.

6. Quais os motivos que o levaram a deixar de quitar o empréstimo:

- Frustração de safra (perda da plantação)
- Preço muito baixo
- Descontrole financeiro
- Doença familiar
- Outros. (Escrever)

7. O recurso foi aplicado para o fim que se destinou: Sim Não

7.1 Se não, em que foi aplicado: Compra de veículo (Moto, carro, caminhão)

Pagamento de outras dívidas

despesas com imprevisto (saúde, casa, escola, etc.) Qual (is) _____

Outros. _____

8 Na sua avaliação que ações poderiam ser desenvolvidas (pelos bancos/ governo) para reduzir a inadimplência do PRONAF

10 Descreva em poucas palavras, quais as alternativas para melhorar o crédito no assentamento:

Descreva outras observações (opcional)

Obrigado pelas respostas

LIZABELI TOMACHESKI – Ciências Econômicas, UFSS, 2017.